

A RUA DAS FLORES, PALCO PRIVILEGIADO DE RITUAIS URBANOS E DA RELIGIOSIDADE FORA DOS TEMPLOS (SÉCULOS XVI-XIX)

FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA*

Resumo: *A construção da rua das Flores é contemporânea da reforma luterana e da reação católica, favorável ao culto dos Santos e à devoção da Paixão. Por outro lado, a abertura da Casa da Misericórdia coincide com as últimas fases do Concílio de Trento, portanto com o incremento das práticas religiosas de rua, principalmente das procissões. Ora, a rua das Flores foi caminho obrigatório da passagem da maior parte das muitas procissões, de outros cortejos cívicos, de representações de rua e até de motins da plebe.*

A Igreja da Misericórdia atraía muita gente, porque os Irmãos eram obrigados a comparecer na Igreja em várias festividades do ano. E porque as muitas missas de sufrágio que a Misericórdia se obrigava a celebrar por alma dos seus numerosos benfeitores trazia muitos fiéis de todos os pontos da cidade.

As muitas e ricas casas comerciais, as lojas de ourives de ouro e de prata, a proximidade dos dois conventos vizinhos, da feira semanal no largo do Convento da Ave Maria, definiram a sua atratividade.

Palavras-chave: *Procissões; Misericórdia; Pessoas; Festa; Urbanismo.*

Abstract: *The construction of rua das Flores coincides with the time of the Lutheran Reformation and the Catholic Counter-Reformation, which favored the worship of saints and devotion to the Passion. On the other hand, the opening of the Casa da Misericórdia coincides with the final phases of the Council of Trent, hence the increase in religious street practices, mainly processions. Rua das Flores was often a mandatory route for the passage of many processions, other civic parades, street performances, and even riots of the common people.*

The Church of Misericórdia attracted many people because the Brothers were required to attend the church on various feast days throughout the year. Also, the numerous masses for the souls of its numerous benefactors, which the Misericórdia obliged itself to celebrate, attracted many faithful from all parts of the city.

The many and rich commercial houses, the gold and silver smith shops, the proximity of the two neighboring convents, and the weekly market in the square of the Convent of Ave Maria defined its attractiveness.

Keywords: *Processions; Misericórdia; People; Celebration; Urbanism.*

* Professor Catedrático (aposentado) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Membro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Email: fribeirodasilva@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Três questões prévias devem ser colocadas para melhor enquadramento do tema:

A. Porquê e para quê, em pleno século XVI, se rompe uma rua nova no interior de uma cidade antiga, amuralhada e não demasiado espaçosa, como era o Porto?

Porquê? Sem dúvida, porque essa cidade, tal como o país, se encontrava em fase de crescimento populacional e de dinamismo económico interno e externo e a circulação das pessoas, provenientes quer de dentro quer de fora dos muros, bem como o trânsito de bens e ainda a construção de um novo convento, aconselhavam a abertura e o arranjo urbanístico de uma nova via, precisamente segundo aquele trajeto!

Para quê? Precisamente para a circulação das gentes, para a satisfação das necessidades e exigências da vida social e económica, como a convivência, a habitabilidade, o comércio, o acesso mais fácil a serviços essenciais, como a saúde (Hospital de D. Lopo de Almeida que, embora construído nas traseiras da rua das Flores, passou a ter entrada pela mesma), e a devoção em novo templo (Igreja da Misericórdia).

E ainda para facilitar ligações estratégicas de vária natureza. Neste caso, a abertura da rua das Flores garantiu a conexão de duas relevantes praças, o Largo de S. Domingos e o Largo da Feira, cada um dos quais identificado e nomeado por um convento, respetivamente o da Ordem de São Domingos e o de S. Bento da Ave Maria. Por outro lado, é de considerar a dimensão estratégica da nova artéria que facilitaria o desejado trânsito de mercadorias e das gentes entre a Ribeira (Porta da Ribeira) e a Porta de Carros, ou seja, de Porta a Porta pelo interior da cidade, mas também entre o Porto, cidade comercial, e o Norte do Reino.

B. Noutra perspetiva mais simbólica, e tendo em conta a temática anunciada para esta comunicação, a abertura da rua das Flores é contemporânea da reforma luterana, da condenação papal de Lutero e da reação católica, anti-iconoclasta e defensora do culto dos Santos e do incremento da devoção à Paixão de Jesus Cristo. A construção naquela rua da Casa do Despacho da Santa Casa da Misericórdia (1550) coincide com a segunda fase do Concílio de Trento, tempo em que na Igreja Católica se enalteceu a exteriorização das práticas religiosas, principalmente através de procissões públicas, que, um pouco por toda a parte, se tornaram muito numerosas. Luís de Sousa Couto, reportando-se ao ano de 1820, elenca 29 procissões às quais, ao longo do ano, o Senado Municipal do Porto devia assistir¹.

A centralidade e a linearidade da rua das Flores converteram-na em palco obrigatório da passagem da maior parte dessas procissões, a que se devem acrescentar os cortejos de diversa natureza que se organizavam na cidade. De facto, para além

¹ COUTO, [s.d.]: 102-105.

dos desfiles religiosos, por ali passaram préstitos fúnebres, alguns com pompa e circunstância, cortejos cívico-religiosos de luto pelo rei morto, emoldurados num Ritual pesado e silencioso a que se chamava a Quebra dos Escudos², e que se anunciava infalivelmente num dos dias seguintes à morte do Rei. O quebrar dos escudos, em virtude do falecimento do Monarca, com as armas reais esculpidas ou desenhadas em madeira, era realizado três vezes, contra três pontaletes colocados estrategicamente em pontos centrais da cidade, sob a presidência do Vereador mais velho, montado a cavalo em trajes de luto pesado. Por ali desfilaram também os festejos públicos de aclamação do novo Rei. Pela rua das Flores se fez o acompanhamento da urna do coração de D. Pedro IV, doado por este à cidade, desde o cais da Ribeira até à Igreja da Irmandade da Lapa, em 7 de fevereiro de 1835, no qual participaram vários milhares de pessoas. Por ali transitou a trasladação dos restos mortais dos 12 Mártires da Liberdade, em 1878, a caminho do mausoléu implantado no talhão da Misericórdia no Cemitério do Prado do Repouso.

Nela se apresentaram representações teatrais (sabemos das comédias, em 1631, por altura da festa de S. Pantaleão³). Esta notícia documental isolada permite pensar que o aproveitamento da rua para essas atividades lúdico-culturais gozariam de alguma regularidade.

Por ela até ocorreram tumultos e motins da plebe, como o da Companhia dos Vinhos na Quarta-Feira de Cinzas de 1757, o mais turbulento que deflagrou no Porto da idade moderna, ou o do Papel Selado em 1661.

C. As crenças religiosas nas cidades não diferem substancialmente das crenças nos meios rurais. Provavelmente a participação nos atos de culto essenciais, como a missa de domingo ou a frequência dos sacramentos, eram mais abrangentes nas comunidades rurais, mas sem diferenças objetivas quanto à crença em si. No entanto, as manifestações religiosas e as práticas devocionais tendem a ser diferentes num e noutro meio, senão na qualidade ao menos na quantidade dos aderentes e praticantes.

Em todo o caso, olhando para um passado não muito longínquo, nas várias paróquias e/ou nas diferentes igrejas das cidades e vilas importantes, contavam-se mais associações piedosas de leigos, mais confrarias e irmandades. Consequentemente eram mais frequentes, talvez mais pomposas e de maior afluência de participantes e de espectadores, os atos religiosos públicos, principalmente os que se organizavam no exterior dos templos, como as procissões, as vias-sacras, os Viáticos.

² COUTO, [s.d.]: 69.

³ SILVA, 1988: vol. II, 909.

1. A RUA DAS FLORES, UMA ARTÉRIA PROPÍCIA AO ESPETÁCULO RELIGIOSO EXTERNO

1.1. O protagonismo útil da Irmandade da Misericórdia

Costuma afirmar-se que a rua das Flores era uma rua de ourives. Agostinho Rebelo da Costa afirma, acerca dela em 1789, que «contém as lojas mais ricas da cidade, tanto em fazendas de lã e seda como em todo o género de mercearias, porcelanas, lojas de ourives de ouro, prata, etc.»⁴. De facto, era uma via onde os ourives gozavam de notoriedade. Essa nota identitária manteve-se até algumas décadas atrás e ainda não se extinguiu totalmente. No entanto, das 78 lojas de ourives de ouro arrolados no Porto, em 1808, para cobrança da Contribuição Francesa imposta por Napoleão, apenas 26 estavam estabelecidas na rua das Flores, para além de seis lojas de ourives de prata. Comparativamente, a vizinha rua do Loureiro que dispunha então de 25 lojas de ourives de ouro, não lhe ficava atrás.

O manuscrito da BPMP, de 1803, intitulado *Compendio Historico e Topographico da Cidade do Porto* que publicamos em 2001⁵ chama «preciosa» à rua das Flores e aponta-lhe como notas de distinção a vizinhança do Mosteiro da Ave Maria e a existência do «Hospital Real antigo».

A rua das Flores era certamente uma via aristocrática, preferida por famílias poderosas que habitavam em belos edifícios, como bem demonstrou o saudoso Eugénio Andrea da Cunha e Freitas⁶. Seria das mais frequentadas, porque nela e nas ruelas adjacentes, a que o manuscrito (fiscal) de 1808 chama «Bairro da Rua das Flores», estava instalado muito comércio e, sem dúvida, como foi dito, por ser artéria de ligação entre a Ribeira (porta de entrada no Douro) e uma das principais saídas da cidade, que era a Porta de Carros.

Não menosprezando todas esses predicados e características da rua, a mim interessa-me sublinhar a sua vertente de palco privilegiado da religiosidade urbana e da fraternidade caritativa a que os crentes cristãos da cidade de São Pantaleão e depois da Virgem eram obrigados por mandamento divino.

Na verdade, a Igreja e a Casa do Despacho da Misericórdia eram a sede de uma Irmandade que, como todas as Irmandades, impunha aos aderentes determinadas obrigações de cariz religioso, de piedade e de confraternidade. Sem dúvida. Mas o timbre indelével desta Confraria era a prática das obras de misericórdia, ou seja, por nela estar instalada a Misericórdia, a rua bem podia chamar-se a rua da Benemerência. Quer dizer, por via da Misericórdia, a frequência da rua das Flores tornou-se obrigatória para um tipo característico de pessoas: os que tinham para dar e queriam

⁴ COSTA, 2001: 48.

⁵ SILVA, 2001.

⁶ FREITAS, 2006: 162-169.

dar, os que desejavam servir o próximo no desencadear de ações concretas de auxílio imediato, mas também os que precisavam, os pobres e os desamparados de todas as idades e de todos os desamparos. Isto a partir de 1550, ano em que começou a funcionar aí a Casa do Despacho⁷.

Pela via das obrigações confraternais, é lógico que todos estes palmilhavam e animavam a rua e ajudavam a torná-la ruidosa e viva. Acresce que o Hospital de D. Lopo de Almeida era na cidade o único hospital digno desse nome, e foi-o desde os fins do século XVI até 1799, ano em que o moderníssimo e opulento Hospital de Santo António, também da Misericórdia, acolheu os primeiros doentes. A Igreja, por sua vez, embora benzida pelo Bispo D. Rodrigo Pinheiro em 1559, apenas ficou concluída e apta para o culto em 1568⁸. A partir dessa altura, a Santa Casa, sendo a única Confraria da Misericórdia na cidade e no seu Termo (as mais próximas, fundadas um pouco mais tarde, estavam sediadas em Mesão Frio, Vila da Feira e Penafiel), ali lançou as suas raízes e entrou na imagem identitária da rua, embora desde muito cedo administrasse equipamentos de caridade implantados noutros pontos da cidade.

Foquemo-nos, então, na afluência de pessoas ao templo para o cumprimento de práticas religiosas ou obrigações estatutárias no âmbito dos objetivos da Irmandade.

Anotemos, antes de mais, que a igreja ficava situada entre duas grandes referências da religiosidade portuense, embora não delas equidistante: a nordeste o Mosteiro da Ave Maria, de freiras beneditinas, de fundação contemporânea da abertura da rua, e, a sudoeste, nas suas proximidades, o Mosteiro de São Domingos, de implantação medieval. A edificação dos dois cenóbios garantia, só por si, a movimentação abundante de pessoas naquela artéria. Não apenas por motivação piedosa, mas também civil e social/política, visto que, desde os tempos medievais, a Câmara do Porto socorria-se da «crasta» (claustro) do Mosteiro de São Domingos para assembleias de maior afluência de gente. E o Largo de S. Domingos, com o seu célebre chafariz redondo, para além de natural centro facilitador da convivialidade urbana, era um ponto de pausa e de repouso de quem, subindo desde a Ribeira, desejava prosseguir caminho.

A Igreja da Misericórdia pertencia a uma Irmandade e desde muito cedo se intitulou de igreja privativa, privativa porque era isenta do Bispo da Diocese e não tanto no sentido de ser exclusiva dos Irmãos que, em rigor, não era.

Não sabemos quantas pessoas passavam pela rua ao longo do ano a caminho do templo. Mas parece evidente que ele constituía um polo de convergência muito poderoso. Afigura-se-me relevante sublinhar e enfatizar que, para além dos numerosos atos de culto diários, abertos à população, a Irmandade, através do Compromisso (ou Estatutos), impunha a comparência dos Irmãos em festividades e comemorações

⁷ BASTO, 1997: vol. I, 383.

⁸ BASTO, 1997: vol. I, 390.

rituais, em dias fixos, ao longo do ano. Seguiremos neste pormenor o *Compromisso de 1646*, que copia e acrescenta o anterior de 1594. Acrescentarei que o *Compromisso de 1646* vigorou até 1886⁹, mas a última edição que dele conhecemos é de 1946¹⁰, três séculos depois da sua promulgação.

Assim os Irmãos (cujo *numerus clausus* no século XVII era de 250 homens) deviam comparecer na Igreja em sete datas fixas, «sem poderem usar de dispensação alguma», que eram as seguintes:

- 1) No dia 2 de julho, à tarde, à hora indicada pelo Provedor, para votarem e escolherem os eleitores, 5 nobres e 5 mesterais, que haveriam de eleger o Provedor e mais Oficiais da Mesa, que governariam a Misericórdia até 2 de julho do ano seguinte.
- 2) No dia de S. Tiago, 25 de julho, à tarde, para elegerem os dez Irmãos, 5 nobres e 5 oficiais, que serviriam no Definitório, com funções de Conselho Fiscal, mas que, na altura eram convocados para ajudarem a resolver, juntamente com a Mesa, os assuntos de importância maior.
- 3) No dia de Todos os Santos, 1 de novembro, à tarde, para acompanharem o cortejo que se organizava para a recolha das ossadas dos que haviam padecido na forca e para as sepultarem cristãmente no espaço da Misericórdia.
- 4) No dia de S. Martinho, 11 de novembro, de manhã, para assistirem à missa e pregação em honra do santo que, segundo a tradição, cortara a sua capa a meio para partilhar metade com um mendigo a fim de o proteger da chuva. No fim da cerimónia litúrgica, saíam todos para sufragar os Irmãos defuntos.
- 2) No domingo de Ramos, à tarde, para tomarem conhecimento, diretamente da boca do Provedor, de qual a tarefa que cada um iria desempenhar na procissão que a Misericórdia do Porto organizaria na próxima quinta-feira de Endoenças ou Quinta-Feira Santa.
- 6) Na Quinta-Feira de Endoenças, à tarde, para participarem na dita procissão dos penitentes ou dos fogaréus que se fazia pela cidade, ao final da tarde e de noite, a visitar o Santo Sepulcro em igrejas vizinhas, que, segundo o *Compromisso de 1646*, eram as da Sé, de São Francisco e de São Domingos¹¹. A procissão das Endoenças, que incluía «disciplinantes» (entenda-se autoflagelantes), por imposição do *Compromisso* devia ser organizada com todo o cuidado, autoridade e piedade, para que os fiéis presentes se movessem à contrição e à dor pelos seus pecados, mas também, repare-se, para que os estrangeiros faltos na fé, «dos que a esta cidade concorrem por ser marítima», entendam e deem crédito às coisas «da nossa santa religião». Sublinhe-se que, já nesta

⁹ MADUREIRA, 1994: 57.

¹⁰ *Compromisso de 1646*, 1946.

¹¹ *Compromisso de 1646*, 1946: 54, cap. XXIX.

altura, 1646, se dava importância e se prestava atenção aos estrangeiros que visitavam a cidade, oferecendo-lhes algo que não era apenas para os olhos verem, mas também para o espírito apreender.

- 7) No dia seguinte, Sexta-Feira Santa, pela manhã, voltariam à rua das Flores e à Misericórdia para acompanhar a procissão com que se encerrava o Santíssimo Sacramento.

Para além destas comparências estatutárias, sempre que morresse algum Irmão, ou mulher de Irmão, ou viúva de Irmão (exceto se esta tivesse casado de novo com um não Irmão), deviam os Irmãos acompanhar as cerimónias fúnebres, revestidos do respetivo balandrau. O processo era o seguinte: logo que o aviso do falecimento chegasse à Irmandade e à Provedoria e uma vez confirmada pelo Escrivão a qualidade de «irmão» do defunto, devia ser dado sinal público do falecimento, sinal que primeiramente era emitido pelo sino da Igreja da Misericórdia e logo de seguida por uma campainha que, um servente vestido de azul, agitava pelas ruas da cidade. O servente de azul prestava as informações necessárias.

A organização do acompanhamento era iniciada na Igreja da Misericórdia, onde todos se juntavam e donde todos partiam em cortejo para casa do defunto. O cortejo era encabeçado pelo Irmão do mês, com a sua vara empunhada, precedido do servente de azul que tangia a campainha, seguido pela Bandeira da Misericórdia transportada por um Irmão nobre, ladeada por dois tocheiros, um nobre e um mes-teiral, e logo seguida pelos Irmãos em duas filas e no meio deles o Mordomo com sua vara de governo do préstito. Na cauda, seguiria o Provedor com sua vara e atrás dele a tumba coberta de veludo negro com uma cruz no meio, de brocado roxo ou amarelo. A tumba vazia seria transportada por seis Irmãos da Mesa.

Chegados a casa do defunto, o Provedor acompanhado dos Irmãos que levavam a tumba, iria até junto do defunto e perante o corpo os capelães da Casa rezavam o responso do Ritual. No final, o cadáver seria acomodado dentro da tumba pelos Irmãos, que a conduziam até ao local de enterramento. Clérigos e religiosos seguiriam no seu lugar habitual¹².

No dia seguinte, seria cantado, na Igreja da Misericórdia, um ofício inteiro de nove lições por alma do falecido. Presume-se que, novamente, com a presença dos Irmãos.

Esta descrição, embora contenha pormenores quase excessivos, pretendeu não perder de vista o fio condutor da comunicação, que é a rua das Flores como cenário e palco da atividade piedosa da Misericórdia.

¹² Acrescente-se, como curiosidade, que cada Irmão seria obrigado a rezar, pela alma do defunto, 14 vezes o Pai Nosso e a Ave Maria.

1.2. Os legados pios dinamizadores indiretos da afluência à Rua das Flores

Na mesma linha de pensamento, lembraremos que o culto em sufrágio pelas almas atraía à Igreja grande quantidade de Irmãos e de crentes.

É sabido que no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, em Portugal e na Europa, ganhou muito peso e popularidade a oração pelas almas do Purgatório. Uma das manifestações dessa devoção foram os legados pios e doações de beneméritos da Santa Casa em favor da própria alma e da alma dos familiares próximos, as quais mobilizaram numerosos capelães da Misericórdia e outros padres da cidade para a celebração de missas de sufrágio, algumas cantadas, a maior parte rezadas.

Em 1655 criou-se na Santa Casa um coro de capelães constituído por 6 membros que passaram para 9 em 1664 e para 13 em 1726. Quase equiparável a um coro capitular!

Em 1662 eram cantadas na Igreja da Misericórdia 9 missas diárias e 14 de aniversário. Mas o número diário de missas rezadas na Igreja e nos hospitais da Misericórdia e ainda em outros altares da cidade, encomendadas para sufrágio de doadores da Misericórdia, era em quantidade bastante mais elevada¹³. Provavelmente tal intensa atividade de culto continuou pelos séculos XIX e XX. Bastará recordar que em 1910/1911 o orçamento da Misericórdia para o culto excedia os 7 contos de réis¹⁴ com evidente estranheza, talvez até escândalo, do Governador Civil, laico e republicano.

A devoção às almas é comum ao campo e à cidade, mas as missas de sufrágio adquiriam maior expressão e volume no meio urbano.

Facilmente se admitirá que uma parte dessa gente que ia à Igreja contribuiria para a animação económica da rua ou suas adjacentes, através de aquisição de bens nela comercializados.

1.3. Os acompanhamentos dos justicados ou os cortejos da morte por condenação

Outra das ações piedosas cometidas à Misericórdia do Porto, pelo menos desde 1594¹⁵ até algures nos anos 30 ou 40 do século XIX, em teoria até ao dia 1 de julho de 1867, data em que a pena de morte foi abolida em Portugal, foi o acompanhamento dos justicados até ao local da execução da pena.

¹³ Ver AMORIM, *coord.*, 2018: vol. I, 439-445.

¹⁴ SILVA, 2016: 520.

¹⁵ Em 27 de junho de 1594 foi aprovado o primeiro *Compromisso* que se pode considerar da autoria da Misericórdia do Porto. Nele, o cap. XXIII tratava dos «padecentes» anteriores pelos quais a SCMP se regou eram da Misericórdia de Lisboa, adaptados à Misericórdia do Porto. O *Compromisso de 1646*, no cap. XXXI mantém o essencial do cap. XXIII de 1594, mas com menos pormenores (*Compromisso de 1646*, 1946).

Para o meu propósito, o que me interessa referir é que pela rua das Flores passaram esses cortejos dramáticos, cortejos da morte judicialmente decretada, que descreverei brevemente.

Conhecida na Santa Casa a notícia de que algum preso fora condenado à morte, os mordomos da cadeia providenciariam de imediato a organização da assistência religiosa ao sentenciado, no sentido de este obter o perdão dos pecados pelos sacramentos da confissão e depois da eucaristia.

Ao terceiro dia, um servente de azul, por ordem do Mordomo da Igreja, divulgava a notícia da condenação, exibindo pelas ruas da cidade a insígnia-símbolo de tal evento. A finalidade dessa divulgação era que as pessoas que, «por sua devoção», quisessem acompanhar o condenado, pudessem fazê-lo.

Logo que pela Justiça fosse comunicada a hora a que o preso sairia da cadeia para a forca, um pequeno cortejo partiria da Igreja da Misericórdia. À frente seguia a Bandeira da Irmandade, levada por um Irmão vestido com o balandrau, rodeado por dois tocheiros, um nobre, outro oficial, também vestidos da mesma forma, e precedido do servente de azul que tangia a campainha. Atrás da Bandeira seguiam vários Irmãos, nomeados para o efeito pelo Provedor em número suficiente e envergando o hábito, para que o ato ganhasse dignidade. Entre eles seguiria o Mordomo do mês e logo de seguida os Capelães da Casa que, em coro, rezariam as ladainhas. Seguir-se-iam os dois Mordomos dos Presos, acompanhados de um jovem que transportava consigo a caldeirinha da água benta e o hissopo e algumas prendas para consolar o justificado. Seguir-se-ia, na cauda, um Capelão que levava o Crucifixo, ladeado por quatro Irmãos com tochas acesas, vestidos como os anteriores. A caminhada era da Misericórdia para a cadeia, onde, uma vez chegados, calmamente esperariam que a Justiça desse ordem de saída ao condenado. Quando este aparecesse, já revestido da veste branca de linho que fora previamente enviada pelo Mordomo, como era costume nos justificados deste reino¹⁶, o Capelão dava-lhe o crucifixo a beijar e todos postos de joelhos iniciavam o cântico das ladainhas até se ouvir a rogação, *Sancta Maria, ora pro eo!* Aí levantavam-se todos e o iniciava-se o cortejo em direção à forca, com os pregoeiros da justiça indo muito à frente da Bandeira, para não perturbarem nem os capelães que rezavam nem o padecente.

Chegados à Praça da Ribeira, outro Capelão iniciava a missa no altar de Nossa Senhora, erguido na Porta da Ribeira, ficando o condenado em lugar de onde pudesse ver o decorrer das cerimónias. Acreditava-se que, desse ângulo, teria melhor ajuda para obtenção do perdão dos seus pecados.

No sítio da forca, fora de portas, antes da execução, o Capelão dar-lhe-ia, de novo, o crucifixo a beijar. Enquanto o carrasco fazia o seu trabalho, rezavam-se outras

¹⁶ Assim se informa no cap. XXXI do *Compromisso de 1646*, 1946.

orações rituais de encomendação a Deus da alma do padecente. E depois de executado, mais um responso pela voz do Capelão. No final, regressavam lugubrememente à igreja pela mesma ordem com que saíram e com o crucifixo alçado.

Não consegui averiguar nem por aproximação a média anual de condenados à pena capital pelos magistrados do Porto, nomeadamente pela Relação e Casa do Porto, tribunal superior que existe na cidade desde 1582. No entanto, a leitura atenta do conteúdo do Livro V das *Ordenações Filipinas* leva-nos a pensar que os delitos puníveis com a pena máxima eram muito numerosos, embora a possibilidade real de indultos e comutações de penas deva ser tida em conta. Lembraremos, entretanto, que em 1758 a Alçada nomeada para julgar os implicados no Motim da Companhia, que, como ficou escrito, ocorreu nesta cidade em 23 de fevereiro de 1757, condenou à morte 26 pessoas, 21 homens e 5 mulheres, das quais 19 (15 homens e 4 mulheres), morreram na forca¹⁷. E em 1829, 12 dos «culpados» da revolta liberal de 16 de maio de 1828, foram igualmente enforcados. Ou seja, em menos de um século, a cidade do Porto viu 31 dos seus habitantes sacrificados na forca por motivos políticos! A Misericórdia esteve presente no rescaldo de ambas estas Alçadas. No primeiro caso, foi encarregada da educação dos órfãos resultantes da aplicação das penas. No segundo, teve o seu Provedor, Desembargador Francisco Lourenço de Almeida, implicado e preso e deu sepultura aos enforcados, como veremos.

1.4. As procissões — cortejos da alegria e da festa, mas também da súplica e da penitência

No nosso país as procissões são as mais importantes manifestações religiosas de rua. Provavelmente não haverá terra nenhuma em Portugal que, nos meses de verão, não faça a sua procissão em honra de Nossa Senhora ou do seu santo padroeiro.

Outrora, na época moderna, para além das procissões que constavam do calendário anual das terras, cidades ou freguesias rurais, havia muitas circunstâncias adversas da vida quotidiana que, quer no campo quer na cidade, levavam os líderes espirituais à convocação e organização de procissões penitenciais. As pestes e epidemias, os períodos longos de seca ou de chuva, a admissão da culpa coletiva por presumíveis ofensas à divindade quando ocorriam fenómenos naturais destruidores, como um terramoto, uma cheia, levavam facilmente à ordenação e à participação em procissões de penitência. Muitos pregadores proclamavam que Deus se irava com os pecados públicos e privados, que não só se irava, mas também castigava, sendo necessário aplacá-lo com atos penitenciais externos, para além do arrependimento interior de cada um.

¹⁷ SILVA, 1990: 98.

Embora as procissões se pudessem organizar tanto na aldeia como na cidade, ganhavam mais sentido e força quando se reuniam condições para atrair gente em grande quantidade e isso conseguia-se mais facilmente numa cidade. Um exemplo: o terramoto de 31 de março de 1761 que, no dizer de um autor da época, teve «a duração de oito minutos na ora do meyo dia» e provocou maiores estragos nos edifícios do Porto do que o de 1755. Tal como nesse grande terramoto, que ainda doía, não faltou quem interpretasse o novo tremor de terra como «um pregoeiro da ira divina», ainda por cima associado a uma seca prolongada. Esse quadro adverso suscitava a realização de preces públicas. Ora, o fundador da Irmandade da Lapa, o brasileiro paulista Padre Ângelo de Siqueira, organizou e pôs na rua uma procissão de penitência, de pés descalços e cabeça coberta, em 7 de abril de 1761 e na rua se manteve entre as três horas da tarde e as onze da noite, tendo como ponto de partida e de chegada a Igreja da Lapa. O itinerário seguido incluiu a rua das Flores, no seguinte trajeto: rua de Santo Ouvido, rua da Fábrica, Campo das Hortas, Porta de Carros, Largo da Feira, rua Chã, Igreja de Santa Clara, Sé Catedral e altar do Senhor d'Além, Bainharia, Mercadores, Ribeira, Fonte Aurina, Reboleira, rua Nova, Cangostas, S. Domingos, rua das Flores, Caldeireiros, Ferraria de Cima, Porta do Olival, Carmo, Ferradores e rua de Santo Ouvido.

Rezam as crónicas que, transposta a Porta de Carros, a chuva impetrada fez a sua aparição!

Certas procissões só tinham sentido no meio urbano. Por exemplo, quando o Rei ordenava que se fizesse uma procissão anual de ação de graças por uma vitória militar simbolicamente importante, como foi o caso de D. João IV pela sucesso da Restauração de 1.º de dezembro de 1640, ou quando D. João II, em 1482, mandou que no Porto, em cada dia 2 de março, se fizesse uma procissão pela vitória militar na batalha do Toro (1.3.1476), equivalente pela festa e pela pompa à que se fazia no dia de Corpo de Deus¹⁸, tal ordem não faria grande sentido se fosse dirigida a uma aldeia ou até a uma vila¹⁹.

Por outro lado, nas cidades e vilas mais importantes, para além das irmandades e confrarias sediadas nas igrejas paroquiais ou conventuais, as corporações de ofícios celebravam o seu santo protetor, com atos de culto festivos, na capela privativa (se a tinham) e na rua, bem visíveis e muito participados, não apenas por gente da corporação, mas de outras que compareciam por razões de reciprocidade, de piedade ou de simples curiosidade.

¹⁸ COUTO, [s.d.]: 20-21.

¹⁹ Talvez a vila de Santarém, para este efeito, se possa equiparar a uma cidade, visto que em Cortes tinha lugar no primeiro Banco, ao lado das cidades mais importantes do reino.

Ora a rua das Flores, uma vez aberta e habitada, foi palco e ponto de passagem de grande parte das procissões regularmente organizadas, ano após ano, na cidade do Porto.

Desde quando precisamente? Em rigor acho que ninguém sabe responder! Nem valerá a pena especular!

Com base na documentação, que é o critério dos historiadores, poderei afirmar, contudo, que, em 1561, já por lá passava a grande procissão do Corpo de Deus, a qual então descia pela rua dos Mercadores até à Ribeira e subia pelo Largo de S. Domingos, rua das Flores e rua Chã até à Sé. No ano seguinte o percurso fez-se ao contrário, descendo da Sé até à Ribeira pela rua Chã, Largo de S. Bento das Freiras, rua das Flores, rua das Congostas e retornava, subindo pela rua dos Mercadores até à Sé²⁰.

Em 1850, quase 300 anos depois, o itinerário mantinha-se quase inalterado: na verdade, a procissão do Corpo de Deus já não ia até à Praça da Ribeira, mas saindo da Sé, descia pela rua dos Mercadores e na esquina com a rua Nova dos Ingleses fletia por esta rua até à rua das Congostas, subindo por ela para a Calçada de São Domingos, Largo de São Domingos, rua das Flores, Largo de S. Bento das Freiras, rua do Loureiro, rua Chã, Arco de Vandoma, Sé²¹.

1.4.1. A procissão do Corpo de Deus

Falemos, então, ainda que brevemente, da procissão do Corpo de Deus, que todos os anos animava a rua das Flores, alegrando e emocionando os habitantes e, por certo, os forasteiros que se amontoavam ao longo do percurso.

Desconhecemos quando se iniciou, na cidade do Porto, a procissão, mas temos duas notícias importantes: que terá sido o Bispo D. Sancho Pires (1296-1300) quem introduziu no Porto a festa de *Corpus Christi*²²; e que, em 1417, já o Santíssimo Sacramento era transportado processionalmente numa charola pelas suas ruas, acompanhado por todas as pessoas honradas da cidade²³. A procissão do Corpo de Deus durou até aos nossos dias, com interrupção breve logo após a proclamação da República²⁴.

Julgo que a única realidade intemporal que subsistiu sem mudança ao longo dos últimos seiscentos anos foi a exibição pública da Hóstia consagrada. Tudo o mais foi mudando com o tempo, incluindo o suporte onde o Santíssimo Sacramento era exibido.

Muito cedo, a procissão do Corpo de Deus tornou-se a mais solene de quantas saíam ao longo do ano e o seu dia converteu-se num dos mais festivos da vida religiosa,

²⁰ COUTO, [s.d.]: 26.

²¹ REIS, 1999: vol. IV, 416.

²² OLIVEIRA, 1958: 170.

²³ COUTO, [s.d.]: 19.

²⁴ OLIVEIRA, 1958: 388.

mas também da vida social e cultural. Era uma espécie de procissão oficial em que toda a gente da cidade participava, onde as autoridades municipais eram obrigadas a comparecer e até usufruíam de um subsídio razoável, a título de propinas²⁵. Os membros de todas as corporações de ofícios, com pouquíssimas exceções, tinham algum papel a desempenhar nela. E, ao menos durante os séculos XVI e XVII, as festas terminavam com uma corrida de touros, na rua Nova, que, por ser mais larga, se fechava e transformava em curro.

Fixemo-nos então nos séculos XVI/XVII que são aqueles sobre os quais me foi possível trabalhar documentalmente. Na véspera, as ruas do itinerário eram rigorosamente limpas e com minúcia²⁶. Este aspeto é importante, a da limpeza das ruas. Para além disso, cada um dos moleiros de Campanhã, Crestuma, Febros, Quebrantões, Gondomar, Massarelos, Ribeira de Vilar e Lordelo, sob pena de 200 réis de multa²⁷, era obrigado a entregar na Câmara um feixe de juncos, espadanas e canas verdes para espalhar na Casa da Câmara e nas ruas por onde haveria de passar a procissão.

A procissão propriamente dita, sendo uma só, podia dividir-se em duas partes: a parte religiosa centrada no Santíssimo Sacramento, transportado debaixo do pálio, sob presidência do Bispo, acolitado e acompanhado por todo o clero secular e regular da cidade, pela governança municipal e pelas autoridades régias sediadas na urbe e ainda pelos leigos ilustres com suas tochas, as confrarias e irmandades e ainda os diversos andores. A procissão era assim uma espécie de montra da população urbana e da hierarquização social, onde cada um tinha o seu lugar marcado, seguindo a estratificação social.

Para além da componente religiosa havia a enorme presença de cenas e quadros profanos e folclóricos que se integravam na procissão.

Aliás, abriam a procissão, pelas 7 horas da manhã, os hortelões e moradores de Santo Ildefonso, a que se juntaram mais tarde os de Cedofeita que apresentavam um rei, um imperador, um carro e um urso rodeado por oito homens com lanças e chuças em ambiente de montaria.

Seguia-se a dança da mourisca, oferecida pelos confeitores, em que figurava o Rei Mouro assistido pelo alfaqui, sacerdote muçulmano, rodeado de quarenta homens e no fim um coro de seis vozes, cantando estrofes com toadas ao antigo, acompanhadas por alaúdes (tipo viola) e pandeiros.

Longo surgiam as folias²⁸ dos concelhos de Gondomar e de Gaia, chefiadas pelo respetivo Ouvidor e pelo Meirinho, cada uma delas formada por oito homens.

²⁵ SILVA, 1988: vol. I, 421. No século XVII a propina a receber por cada uma das procissões do Corpo de Deus, de S. Sebastião e S. Pantaleão, era de 24 000 réis.

²⁶ SILVA, 1988: vol. II, 802.

²⁷ COUTO, [s.d.]: 34.

²⁸ O *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de António de Moraes Silva define «folia» como «dança muito rápida ao som de pandeiros e em que entram muitas pessoas» (SILVA, 1949-1959: vol. V, 265).

Os taberneiros vinham a seguir com sua bandeira, um dragão, que seria ornamentado e pintado de novo, cada ano, e uma dama dançando com o seu par.

Os carpinteiros (calafates, torneiros, canastreiros, serradores e caixeiros) liderados pela sua bandeira, apresentavam um Imperador, uma serpente e uma dança de giganas bem ornadas, contando pelo menos 16 figurantes.

Os tanoeiros, para além do Rei, apresentavam uma dança de 12 dançarinos, bem trajados, cantando letras de chacota ao moderno, acompanhados por bons músicos...

A figura de São Jorge a cavalo, precedido por 4 cavalos que levarão quatro lacaios, era da responsabilidade dos douradores, apavonadores, conteiros e cerieiros.

Nau de S. Pedro, pintada e reformada todos os anos (dos mestres e pilotos), Judite (dos sirgheiros), Abraão (dos torcedores de seda e retrós), Nossa Senhora em fuga para o Egipto, na companhia de São José, acompanhados por dois anjos (dos oleiros), o menino Jesus numa Charola, São Cristóvão, São Pantaleão, os 12 Apóstolos e Cristo com os anjos, bandeira da cidade, Rei David dançando com seus pajens que serão doze (dos mercadores do Brasil).

Como foi olhada esta mistura do profano com o sagrado? Houve sempre protestos dos mais zelosos. Desde o século XVI com Frei Baltasar Limpo (1537). Pode-se até falar de avanços e recuos, em conflito entre a Câmara e o Clero mais puritano.

Mas apenas no século XVIII as danças, invenções e representações foram substituídos por toldos nas ruas do itinerário da procissão. Na rua das Flores os toldos eram pagos pelos mercadores de panos e pelos tendeiros de mercearia e peso. Em 1734 os mercadores de Loja pagavam o toldo da rua das Flores em lugar da dança dos pastorinhos que costumavam dar²⁹.

Os tanoeiros ofereciam os paus ou mastros onde eram amarrados os toldos. Os pedreiros abriam e tapavam os buracos que se fizessem nas ruas para armar os toldos e levantar os mastros. Os mareantes ajudavam a levantar os mastros. Os cordoeiros ofereciam as cordas para as amarras. Os chafarizes e fontes eram adornadas por grupos profissionais, barqueiros, alquiladores, pintores e hortelões de Cedofeita e Santo Ildefonso.

Por conseguinte até ao fim do primeiro quartel do século XVIII a procissão do Corpo de Deus era um espetáculo público que misturava o sagrado e o profano numa simbiose estranha para nós, mas que noutros tempos não o era tanto, visto que perdurou durante séculos. Aliás, mesmo nas procissões da atualidade, a cenografia, o simbolismo dos figurantes, as cores, algum espírito exibicionista, numa palavra o espetáculo, nunca deixaram de existir.

²⁹ COUTO, [s.d.]: 46.

1.4.2. Outras procissões que passavam pela Rua das Flores

Terminaremos esta digressão deixando um elenco das procissões que, promovidas por diversas instituições, ainda animavam nos anos sessenta do século XIX as ruas da cidade. Nesta altura, comparando com as inúmeras procissões ainda vivas em 1820³⁰, tinham diminuído drasticamente. Para o efeito, seguiremos de perto a obra já citada de Henrique Duarte e Sousa Reis por ele fechada em 1865³¹.

Procissão de Quarta-Feira de Cinzas que saía da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e prosseguia pela Rua Nova dos Ingleses, rua de São João, Largo de São Domingos, rua das Flores, Largo das Freiras de São Bento (que também aparece como Largo da Feira), Praça de D. Pedro, Calçada dos Clérigos. Nela figuravam 12 andores³².

Procissão dos Passos, organizada pela Igreja de São João Novo na sexta-feira da primeira semana da Quaresma, saía da Sé e passava pela rua das Flores a caminho do Largo de São Domingos³³ para se recolher na Igreja que fora dos Padres Gracianos. Saiu em 1864, interrompendo uma paragem de 18 anos³⁴.

Procissão da Ordem Terceira do Carmo, na Quinta-Feira antes do Domingo de Ramos. Soleníssima procissão penitencial, passando pelos Passeios da Cordoaria, Largo dos Mártires da Pátria, rua de S. Bento, rua de São Miguel, rua das Taipas, rua de Belmonte, Largo de S. Domingos, rua das Flores, Largo de S. Bento das Freiras, Porta de Carros, Praça de D. Pedro, Calçada dos Clérigos, rua da Assunção, Passeios da Cordoaria, Igreja dos Terceiros do Carmo³⁵.

Procissão dos Fogaréus, em Quinta-Feira Santa organizada pela Misericórdia, de cuja Igreja saía, seguindo pela rua das Flores acima até ao Largo da Feira e subia pela rua do Loureiro, entrando na Igreja do Convento das Freiras de S. Bento, seguia depois pela rua Chã, rua de Santo António do Penedo, até ao Largo de Santa Clara³⁶. Os andores entravam no templo de Santa Clara e nele as freiras clarissas entoavam em coro o *Miserere*. Acrescentarei que em 1865, data da feitura do livro de Sousa Reis, já há muito esta procissão não saía, porque a Santa Casa assim tinha decidido³⁷.

Procissão da Paixão, em Sexta-Feira Santa. Na noite de Quarta-Feira de Trevas a imagem de Nossa Senhora da Soledade saía da sua capela, no convento dos religiosos franciscanos, para ser depositada até Sexta-Feira seguinte na Igreja do Convento de Santa Clara, donde saía processionalmente na tarde desse dia. Toda a guarnição

³⁰ COUTO, [s.d.]: 104 (mapa III).

³¹ REIS, 1999: vol. IV, 1.

³² REIS, 1999: vol. IV, 417.

³³ REIS, 1999: vol. IV, 424.

³⁴ REIS, 1999: vol. IV, 427.

³⁵ REIS, 1999: vol. IV, 428 e 433.

³⁶ REIS, 1999: vol. IV, 422.

³⁷ REIS, 1999: vol. IV, 433.

militar da cidade tinha obrigação de acompanhar esta solene procissão. Para tal, o Largo de Santa Clara era limpo e desentulhado. À frente ia uma cruz pintada de preto, pendendo dos seus braços uma longa toalha de linho branco, representando a toalha de José de Arimateia. Sete anjos conduziam a corda, a coroa de espinhos, os cravos, o martelo, as disciplinas, os dados com que jogaram a túnica ensanguentada do Salvador e a coluna onde o amarraram para açoitá-lo³⁸.

Procissão da Santíssima Trindade, no primeiro domingo depois do Pentecostes, organizada pela Ordem Terceira do mesmo nome. Itinerário: rua do Almada, Calçada dos Clérigos, ruas de S. Bento da Vitória, das Taipas, Belmonte, Largo de S. Domingos, rua das Flores, Largo de São Bento das Freiras, Porta de Carros, rua do Bonjardim, do Estêvão, recolhendo na Igreja da Trindade³⁹.

Procissão da Irmandade do Terço, no último domingo de julho. Organizada pela Irmandade do Terço e Caridade. O itinerário variava de ano para ano⁴⁰.

Devemos, no entanto, adicionar aqui as preciosas informações do Padre Francisco José Patrício contidas na carta a um amigo, carta que se esqueceu de datar, mas, pelo seu teor, podemos com certeza situá-la em 1909⁴¹. As informações nela contidas são as seguintes: «Que a Procissão da Trindade saiu pela última vez em 1875, apanhou uma valente chuvada e levava 7 andores. A do Terço saiu pela última vez em 26 de junho de 1881. A da Lapa saiu em 1860, 1862, 1863 e não tornou mais a sair».

CONCLUSÃO

Da construção da rua das Flores surgiu uma artéria estrategicamente importante na movimentação dos habitantes da cidade do Porto e dos de fora que a ela sempre acorreram, e como tal se manteve até que, progressivamente, a decadência, o abandono e até a insegurança passaram a caracterizar o Centro Histórico da cidade. A partir dos finais de 1996, com a classificação do Centro Histórico do Porto como Património Cultural da Humanidade, esse Centro Histórico ganhou nova vida, iniciou a recuperação ora lenta, ora frenética, adquiriu novos contornos e conseguiu tornar-se turisticamente muito atraente. Pode-se até dizer que surgiu uma nova rua das Flores, mais airosa, mais asseada. É verdade que a rua das Flores continua no mesmo sítio, com o mesmo traçado, mas com novas valências adaptadas aos novos tempos. Se outrora ela era atrativa, continua a sê-lo hoje em dia, não certamente pelos mesmos motivos. A intensidade de movimentação de pessoas foi recuperada, embora por ela já não passem procissões, cortejos cívicos ou rituais, nem motins.

³⁸ REIS, 1999: vol. IV, 437. Não se indica o itinerário.

³⁹ REIS, 1999: vol. IV, 441-449.

⁴⁰ REIS, 1999: vol. IV, 449.

⁴¹ Esta carta foi por mim depositada no Arquivo Histórico da Misericórdia do Porto, oferecido pela Irmã da Santa Casa, Senhora Dra. Maria Elisa Achiolli Barbosa.

A Misericórdia continua bem presente, sendo até a única entidade que lá se mantém desde o longínquo século XVI, já não com oferta nos domínios da saúde e da benevolência social. Essa oferta continua a ser primordial, apenas mudou de objeto. Na antiga Casa do Despacho surgiu um pequeno, mas muito bem desenhado e apetrechado Museu. Antes oferecia-se solidariedade, filantropia e benemerência. A pessoa humana continua hoje a ser o foco e o objetivo. A Cultura, o Culto e a Memória são um novo caminho para a redenção.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Inês, coord. (2018). *Sob o Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Almedina, vol. I.
- BASTO, A. de Magalhães (1997). *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. 2.ª ed. Porto: SCMP. *COMPROMISSO de 1646*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, Oficina Tipográfica do Hospital do Conde de Ferreira, 1946.
- COSTA, Agostinho Rebelo da (2001). *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*. 3.ª ed. Lisboa: Frenesi.
- COUTO, P.e Luís de Sousa [s.d.]. *Origem das Procissões na cidade do Porto*. Reedição. Porto: Câmara Municipal.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (2006). *A Rua das Flores no século XVII*. In *Notícias do Velho Porto*. Porto: Campo das Letras, pp. 162-169.
- MADUREIRA, La Salette (1994). *Os compromissos da Misericórdia do Porto*. «Boletim da Santa Casa da Misericórdia do Porto». Nova Série, ano II, n.º 5 (agosto de 1994), 57.
- OLIVEIRA, P.e Miguel de (1958). *História Eclesiástica de Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: União Gráfica.
- REIS, Henrique Duarte e Sousa (1999). *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna na Cidade do Porto*. Porto: BPMP, vol. IV.
- SILVA, António de Moraes (1949-1959). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10.ª ed. Lisboa: Confluência, vol. V.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988). *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Câmara Municipal, 2 vols.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1990). *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa: IN-CM.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2001). *O Porto. Das Luzes ao Liberalismo*. Lisboa: INAPA.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2016). *A proclamação da República e as imediatas tentativas de interferência do Estado na administração da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. In *Saúde, Ciência, Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, pp. 515-539.

